

A proposta de grandes mudanças (até do câmbio)

A crítica à moratória unilateral da dívida externa brasileira e uma proposta de câmbio diferencial, livre salvo para o petróleo e para o serviço da dívida externa, estão contidas em longo documento de 97 páginas, aprovado ontem pela Cedes — Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais —, cujo diretor-presidente, Renato Ticoulat Filho, chamou de um texto apolítico, contendo análises técnicas para serem debatidas pela sociedade e aproveitadas pelos políticos.

Sob o título "O desafio da renegociação — uma saída articulada", o documento aborda as raízes da crise, propõe um plano de soluções articuladas, aborda a política cambial, a ampliação do comércio, sugere um programa antiinflacionário, o ajustamento interno e a renegociação social, tendo sido elaborado pelo corpo acadêmico da Cedes, em equipe coordenada pelo professor Paulo Rabello de Castro, redator-chefe da revista *Conjuntura Econômica*, da FGV. Do grupo participaram os professores Celso Luiz Martone, Cláudio Roberto Contador, Francisco Barreto de Oliveira, Helson Braga e Newton Rabello de Castro Jr.

O extenso documento, que começou a ser debatido pela Cedes em maio, parte do princípio de que o Brasil vive sua maior crise econômica da história contemporânea e que "tentativas anteriores de postergação do processo inevitável de ajuste apenas têm servido para diminuir a visibilidade dos problemas de estabilização da economia brasileira".

A crise é apresentada com três facetas: o impasse na reciclagem da dívida externa; o desequilíbrio nas contas internas, que se traduz por inflação crescente e "perigosamente alta"; e pela "quebra do encanto da promessa de um futuro de perspectivas favoráveis, tanto em termos de aumento da produção interna quanto da expansão das oportunidades de emprego".

"Este conjunto de problemas — acrescenta —, por sua extrema gravidade, não mais admite manobras de adiamento nem de transigência. A postergação de medidas de ajuste fatalmente conduzirá, como já vem ocorrendo, ao agravamento da presente situação."

Dívida externa

O documento propõe como solução duradoura para o problema da dívida externa uma repactuação global de natureza tripartite, envolvendo o país devedor, as instituições credoras particulares e os governos dos países credores, a partir da "competência e coordenação" na administração do ajuste financeiro internacional.

Para a solução, os bancos credores devem manter o nível da dívida externa dos países devedores, em termos reais. Os governos devem fornecer recursos suficientes para que as instituições multilaterais financiem o "excesso" de juros que agrava a dívida internacional (em torno de três a quatro pontos de percentagem da taxa de mercado). E ao Brasil e outros devedores cabe "estabelecer de modo competente e inequívoco um plano econômico global que garantissem, para o setor externo de sua economia, um saldo positivo da balança de bens e serviços (exceto juros) correspondente a pelo menos o valor dos juros normais (em termos reais) decorrentes da dívida assumida".

Câmbio diferencial

Um dos pontos principais da proposta diz respeito à introdução do câmbio diferencial, composto de taxa oficial, desvalorizada não mais pelo dólar norte-americano, mas por uma cesta de moedas fortes, acoplada ao câmbio livre decorrente de transações com LCE (Letras do Comércio Exterior) emitidas pelo Banco Central aos exportadores (numa certa proporção da receita total) e adquiríveis por importadores de bens e serviços (exceto petróleo e juros) e remetentes de capital.

"Na área de política comercial — argumenta-se — o sistema proposto permite imediata supressão de incentivos extraordinários às exportações e torna possível uma revisão tarifária das importações, com redução gradual de alíquotas, liberaliza entradas e saídas de capital (via emissão de LCE). A par disso, deve-se redobrar o esforço de marketing das exportações, principalmente agropecuárias, propondo-se também reforço aos convênios bilaterais do comércio e o sistema 'coreano' de liberalização de impor-

tações de insumos nas linhas de produção para exportação".

Simultaneamente ao ajuste externo, propõe-se resolver o problema do déficit público, estabelecendo metas rígidas para o orçamento monetário e quebrando as expectativas de maior inflação. "Para isso — argumenta — é urgente a supressão da maioria dos subsídios e corte drástico do déficit das empresas estatais. Pouco foi feito, até agora, neste sentido. Mas o desgaste provocado por meias-medidas tem sido enorme."

"Na área de empresas estatais — adverte — é indispensável o concurso do Legislativo e Judiciário, na aprovação e auditoria de contas. Exige-se também a fixação de metas físicas de produtividade a serem alcançadas por cada empresa. Requer-se também imediata liquidação das operações improdutivas — quando não privatizáveis — bem como recentralização, para a administração direta, de empresas cronicamente deficitárias. As estatais rentáveis devem ter mais liberdade gerencial, com maior responsabilidade civil dos diretores pelos atos praticados."

O documento admite aumento da carga tributária direta e a necessidade de incentivar setores empregadores de mão-de-obra. Propõe, ainda, a redução da taxa de juros mediante a conjugação dos seguintes fatores:

- a) eliminação da valorização especulativa dos ativos denominados em dólares;
- b) reversão da expectativa inflacionária;
- c) redução do endividamento público pelo corte do déficit fiscal;
- d) liberalização do sistema de crédito bancário pela diminuição dos controles e descentralização do crédito;
- e) criação de novos instrumentos de crédito (commercial papers, factoring) e agilização das debêntures e do mercado de ações.

Para a área social, sugere-se legislação especial para absorção de jovens aprendizes na força de trabalho, descentralização de recursos e responsabilidades de serviços de saúde para os Estados, fusão de órgãos que atuem em duplicidade na área social e custeio de programas sociais mediante tributação adequada.